

ELEIÇÕES 2014

CANDIDATOS AO
GOVERNO DO CEARÁ

ENTREVISTA

EUNÍCIO OLIVEIRA

Perfil

Eunício Oliveira nasceu e passou a infância em Lavras da Mangabeira, na Região do Cariri. Ainda muito jovem, foi morar em Fortaleza para estudar e trabalhar. Formou-se em administração de empresas e teve muito sucesso na sua trajetória como empregado de uma indústria de alimentos e, depois, como empresário. Foi deputado federal por três vezes, ministro das Comunicações do presidente Lula e o senador mais votado da história do Ceará. É líder do PMDB e da maioria no Senado Federal. Foi escolhido pela revista VEJA, em parceria com a Universidade Federal Fluminense, como o melhor e mais produtivo senador do Brasil.

1) Segundo dados colhidos no "Mapa da Violência" e "Secretaria de Segurança Pública do Ceará", de janeiro de 2007 a março de 2014, foram registrados 20.740 homicídios no Estado, em uma média de 2.860 assassinatos por ano, igualando-se ou mesmo superando a proporção de países em conflito bélico. O que o governo de Vossa Excelência tenciona fazer para mudar esse quadro?

EO: Os eixos do meu governo serão a gestão, a inovação, a juventude e o cuidado com as pessoas. É preciso reorganizar as polícias, integrar as ações e otimizar os resultados, fazendo uma repressão qualificada. Qualifica-se a repressão capacitando o policial, dialogando com as corporações. Vou devolver para a polícia civil a sua função primordial de investigação, implantar uma polícia comunitária, que realmente funcione. O Raio, ainda res-

trito a Fortaleza, tem que ser ampliado para o interior. Vamos investir no que se chama de defesa social, que é a prevenção, com ações de assistência social direta e combate ao tráfico de drogas.

2) Qual a avaliação que faz do papel exercido pelo Ministério Público após o advento da Constituição de 1988?

EO: A Constituição de 1988 foi muito feliz quando praticamente atribuiu ao Ministério Público a função de atuar como um guardião da democracia. Ressalto esse ponto, pois, o MP está garantindo os direitos sociais e individuais, fiscalizando o cumprimento das leis e garantindo o interesse público. Acredito que ao MP cabe um papel insubstituível na manutenção e no aperfeiçoamento dessa institucionalidade democrática.

3) Inobstante a imensa gama de demandas sociais impostas à instituição, no Ceará o Ministério Público conta com um orçamento muito aquém de suas necessidades, em uma das piores relações per capita (relação orçamento / membro) do Brasil (cite-se como exemplo o Ministério Público do Rio Grande do Norte que tem quase o dobro do nosso orçamento per capita). O que Vossa Excelência pretende fazer para incrementar o orçamento do MP-CE?

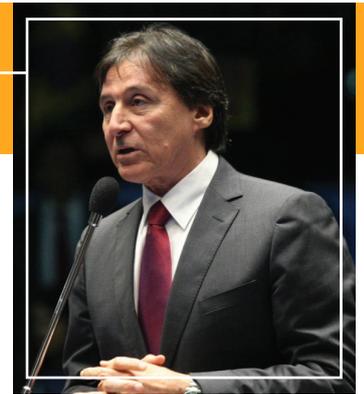
EO: Eu fui presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania no Senado duas vezes e lá recebi muitos representantes do Ministério

Público em função de diversas demandas. Em relação ao Orçamento do Ceará, eu terei como diretriz gastar menos e entregar mais resultados. Agora, eu só poderei me comprometer com esse incremento que vocês julgam necessário e que eu acredito depois de conhecer detalhadamente o Orçamento do Estado e a sua execução. Antecipar números seria até irresponsável de minha parte.

4) Outro grande grave problema responsável pelas condições deficitárias de trabalho no MP-CE se deve a inexistência de um fundo próprio de reaparelhamento, como existe hoje com o Poder Judiciário (FERMOJU - Lei 11.891/91) e Defensoria Pública (FAADEF - Lei 15.490/2013). Na avaliação de Vossa Excelência, qual a razão do MP no Ceará ainda não contar com um fundo próprio de reaparelhamento como acontece com quase todos os Ministérios Públicos brasileiros? Como o governo, caso eleito(a), lidará com a criação desse fundo?

EO: Eu gosto da ideia de fundos setoriais de incentivo e de financiamento. Então, inicialmente, para criarmos um fundo sem aumentar impostos só com o remanejamento de recursos. E eu também dependo de uma avaliação mais detalhada das receitas e das despesas do Governo.

5) Relatórios da organização Transparência Internacional divulgados em dezembro de 2013 confir-



mam que o Brasil piorou no ranking de percepção da corrupção, caindo da 69ª para a 72ª posição, dentre 177 países. No Ceará, raros são os dias em que não encontramos notícias sobre corrupção nos órgãos públicos municipais, ou mesmo estadual. O que o governo de Vossa Excelência fará para dar maior transparência no trato da coisa pública, tentando reduzir os índices de corrupção no Estado? Essas ações passam pelo fortalecimento do Ministério Público no Estado?

EO: No Senado, consegui aprovar relatório que torna hediondo o crime de corrupção. Também foi através de um relatório de minha autoria que a ficha limpa passou a ser exigida para todos os funcionários do serviço público, em todos os poderes, seja na esfera municipal, estadual ou federal. Também conseguimos aprovar projeto que torna mais eficiente a Lei de Lavagem de Dinheiro. Entre outras, são iniciativas que, somadas, aumentaram enormemente os mecanismos de inibição, controle e de punição da corrupção. E, claro, quanto maior a transparência às ações de governo, seus gastos, receitas, licitações e contratos, além de ser uma exigência da população, é uma obrigação de qualquer administração pública moderna.